



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 08/18

19 de Março de 2018



Organização Europeia de
Associações e Sindicatos
Militares

"Quem Manda no Governo, Afinal?"

Nos últimos dias da semana que agora findou, foram os cidadãos portugueses confrontados com diversas notícias dando conta que milhares de profissionais da PSP e da GNR **poderiam** ver as suas progressões resolvidas a partir de Março ou Abril deste ano.

Estas notícias surgem após reuniões entre o Ministro da Administração Interna (MAI) e alguns dos Sindicatos e Associações representativos destes profissionais, agendadas na sequência da entrega de ofícios e de uma "Moção" na residência oficial do Primeiro-ministro, acções decididas depois de reuniões e iniciativas conjuntas envolvendo sindicatos e associações de profissionais da PSP, da GNR e de Militares das Forças Armadas.

A resposta obtida do gabinete do Primeiro-ministro foi de que as questões teriam sido remetidas para os gabinetes dos ministros das respectivas tutelas (MAI e MDN). Nessa conformidade percebem-se as reuniões agendadas pelo MAI com os Sindicatos e Associações dos profissionais da PSP e da GNR.

A naturalidade com que se percebe a realização destas reuniões acentua a estranheza, ou mesmo incompreensão, com que se encara o silêncio vindo do Ministério da Defesa Nacional, relativamente à mesma matéria. Assim, tendo em conta que, face à mesma lei, as tutelas não agem da mesma forma interrogamo-nos sobre que indicações terá dado o Primeiro-ministro a cada um dos ministérios! O silêncio que, nesta como em tantas outras matérias, vem do MDN, legitima que se questione: **"quem manda no governo, afinal?"**

Pelos vistos, nem todos os ministérios têm o mesmo entendimento sobre o que são as "indicações" do Primeiro-ministro... Não está o MDN obrigado da mesma forma que outros ministérios? Será que o MDN está acima do Primeiro-ministro? E o Primeiro-ministro permite-se assistir a esta desautorização e aceita-a?

Temos a consciência de que não é só porque ocorreram as reuniões no MAI que os problemas pendentes se vão resolver. Não! Basta analisar as declarações e/ou comunicados emitidos pelas estruturas (na sequência das reuniões de 16 de Março) para perceber que, **de concreto, nada foi assegurado**. Por enquanto tudo está "no plano das intenções"! Mas, se não houver participação, se não ocorrer a negociação, se não se promover o diálogo entre as várias partes do processo, então, **além de não se estar a cumprir a lei**, não se chegará a uma situação que permita encontrar os

caminhos de uma eventual solução satisfatória para todas as partes.

Está agendada **nova reunião** entre sindicatos e associações de profissionais da PSP, da GNR e de Militares das Forças Armadas, para o próximo **dia 20 de Março, Terça-feira, a partir das 10H30, na sede da ASPP/PSP, em Lisboa**. Estas questões estarão em apreciação, bem como o caminho a seguir.

Numa semana em que voltámos a ter como posto de ingresso no Quadro Permanente, Segundos-Sargentos das Forças Armadas (*apesar da demora e de ter sido "a conta-gotas"*), esta questão não está totalmente resolvida, nem a podemos considerar um assunto encerrado! Uma nova batalha se perfila e a Associação Nacional de Sargentos, nesta como em tantas outras matérias, tudo fará para defender os direitos e interesses dos Sargentos de Portugal;

Assim é em relação à cada vez mais irracional e insatisfatória situação dos beneficiários da ADM na sua relação, tantas vezes surrealista, com o IASFA;

Assim é com a situação do prejuízo objectivo e definitivo causado por uma medida transitória, para os camaradas que estão a ver as suas pensões de Reforma calculadas de forma injusta além de, em nossa opinião, moral e eticamente inaceitável;

Assim é, e será, relativamente ao reiterado incumprimento de muita legislação que se aplica aos militares, no plano associativo e socioprofissional;

Assim continuará a ser na procura de soluções para que se ultrapasse a inaceitável e inqualificável situação de voltarmos a ter Primeiros-Sargentos prestes a cumprir vinte anos de permanência no posto e sem vislumbre de promoção. Uma vida inteira em apenas dois postos...;

Assim é com a procura de caminhos que nos conduzam à suspensão de eficácia do Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, estando a decorrer a recolha de assinaturas numa petição para ser entregue na Assembleia da República, em conformidade com a Constituição e a Lei que jurámos cumprir, fazer cumprir e defender, com a própria vida se necessário!

Firmes, determinados e unidos em torno da ANS, os Sargentos defenderão os seus direitos!

A Direcção